

Sumário

Capítulo 1

Princípios da Administração Pública

Introdução	1
1. O Direito como regras e princípios.....	2
2. Os princípios constitucionais da Administração Pública	8
2.1. Princípio da legalidade e da submissão da Administração Pública ao Direito.....	9
2.1.1. Histórico	9
2.1.2. Conceito.....	10
2.1.3. Situação atual	11
2.1.4. <i>Lobby</i> e sua relação com o princípio da legalidade	11
2.2. Princípio da impessoalidade	15
2.3. Princípio da moralidade e da probidade administrativa.....	19
2.3.1. Introdução.....	20
2.3.2. Histórico	21
2.3.3. Moral comum e moral administrativa	22
2.3.4. Moralidade e legalidade	24
2.3.5. Moralidade e probidade	25
2.4. Princípio da publicidade.....	30
2.4.1. Conceito.....	30
2.4.2. Considerações	30
2.4.3. Publicação dos atos e contratos administrativos	33
2.4.4. Na imprensa oficial.....	35
2.4.5. Prazo para providências e publicação	35
2.4.6. Vigência dos contratos administrativos	35
2.4.7. Omissão da Administração	36
2.4.8. O que se publica.....	36
2.4.9. Fins de Controle	37
2.5. Princípio da eficiência	37
2.6. Princípio da supremacia do interesse público e indisponibilidade do mesmo pela Administração	40
2.6.1. Histórico	40
2.6.2. Considerações	40
2.6.3. Princípio da supremacia do interesse público e a Constituição de 1988	41
2.7. Princípio da autotutela	47
2.8. Princípio da continuidade dos serviços públicos.....	50
2.9. Princípio do devido processo legal.....	52
2.9.1. Histórico	52
2.9.2. Conceito.....	54
2.9.3. Sentido processual e sentido substantivo do devido processo legal.....	54

2.10. Princípio da razoabilidade	55
2.11. Princípio da proporcionalidade.....	61
2.12. Princípio da segurança jurídica.....	69
2.13. Princípio da motivação.....	70
3. Considerações finais	72

Capítulo 2

Poderes Administrativos

Introdução	73
1. O poder	74
1.1. Generalidades.....	74
1.2. Vocábulos	74
1.3. A essência coercitiva do poder.....	75
1.4. O uso e o abuso do poder.....	75
1.5. O excesso e o desvio do poder	76
2. Os poderes e deveres do administrador público	76
2.1. Os princípios constitucionais dos poderes e deveres do administrador público	77
2.2. Os princípios constitucionais básicos da Administração Pública.....	77
2.3. O poder-dever de agir do administrador público	77
2.3.1. O dever da probidade	78
2.3.2. O dever de eficiência	79
2.3.3. O dever de prestar contas	80
3. Uso e abuso de poder	81
3.1. O uso do poder e o princípio da impessoalidade	82
3.2. O abuso do poder: excesso de poder e desvio de finalidade	82
3.3. As medidas legais cabíveis ao abuso do poder	83
3.4. Exemplos de excesso de poder.....	83
3.5. Exemplo de desvio de poder ou de finalidade	84
3.6. A ilegalidade do ato praticado com abuso de poder	84
3.7. O abuso de poder por omissão	84
3.8. Em que momento se configura o abuso de poder por omissão?	85
3.9. Como se configura o prazo razoável?	85
4. Os poderes da Administração: vinculado e discricionário	86
4.1. O poder vinculado.....	86
4.1.1. O ato vinculado e o princípio da legalidade.....	86
4.1.2. A vinculação da discricionariedade e a discricionariedade da vinculação.....	87
4.2. O poder discricionário.....	87
4.3. O discricionário e o arbitrário	88
4.4. A origem da discricionariedade no Direito Administrativo	89
4.5. O poder discricionário no Estado de Direito	90
4.6. A liberdade-vínculo da discricionariedade.....	90
4.7. A incidência do mérito administrativo sobre o poder discricionário: o limite da discricionariedade	90
4.8. Os vícios extensíveis ao poder discricionário	90
4.9. Argumentos justificáveis à discricionariedade da autoridade administrativa	91
4.10. A apreciação do ato administrativo discricionário pelo Poder Judiciário	91

4.11. O controle judiciário sobre os atos políticos e de governo	92
4.12. O princípio da razoabilidade e o mérito administrativo	92
4.13. Conceito jurídico indeterminado e poder discricionário	93
4.14. Controle da discricionariedade técnica.....	93
5. Poder hierárquico.....	93
5.1. Desconcentração e descentralização	94
5.2. Objetivos do poder hierárquico	94
5.3. Faculdades do superior hierárquico	94
5.4. Ordem manifestamente ilegal	94
5.5. Efeitos da hierarquia	95
5.6. Restrições à delegação e as delegações não restrin...veis	95
5.7. Avocação	96
5.7.1. Argumentos avocatórios.....	97
5.8. Revisão dos atos	97
5.9. Hierarquia em seu sentido técnico	97
5.10. Hierarquia em seu sentido jurídico.....	97
5.11. Âmbito de incidência da hierarquia.....	98
5.12. Diferença entre subordinação e vinculação administrativa	98
6. Poder disciplinar	99
6.1. Pessoas sujeitas ao poder disciplinar	99
6.2. Relação entre os poderes hierárquico e disciplinar.....	100
6.3. Diferença entre o poder hierárquico e o poder de polícia	100
6.4. Diferença entre punição disciplinar e punição criminal.....	100
6.5. Princípio da adequação punitiva.....	101
6.6. Discricionariedade do poder disciplinar	101
6.7. A indispensabilidade da motivação	101
6.8. A prevalência da independência dos Poderes.....	102
6.9. Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor	102
6.10. <i>Reformatio in pejus</i>	103
7. Poder regulamentar.....	103
7.1. Fundamento legal.....	104
7.2. Limites do poder regulamentar	105
7.3. Diferença entre lei e regulamento.....	105
7.4. A legitimidade de atos meramente regulatórios	105
7.5. A independência da norma legal perante o poder regulamentar.....	105
7.6. A questão da deslegalização	106
7.7. Os graus de regulamentação.....	107
7.8. A omissão do Poder Executivo em editar regulamentos.....	108
7.9. A submissão do poder regulamentar aos princípios da legalidade e da reserva legal.....	108
7.10. Exceções de regulamentos autônomos.....	110
8. Poder de polícia	110
8.1. Considerações iniciais	110
8.2. Conceitos de poder de polícia	111
8.3. A Administração Pública e o poder de polícia	112
8.4. Soberania	112
8.5. Natureza jurídica do poder de polícia.....	113

8.6. Competência	114
8.7. Poder de polícia originário e poder de polícia delegado.....	117
8.8. Finalidade e fundamento.....	119
8.9. Objeto	120
8.10. Condições de validade	120
8.11. Polícia administrativa e polícia judiciária.....	121
8.12. Formas de atuação do poder de polícia.....	123
8.13. Sanções de polícia	126
8.14. Meios de execução do poder de polícia	127
8.15. Limites do poder de polícia administrativa	133
8.16. Remuneração pelo exercício do poder de polícia	136
8.17. Exceção excepcional	136
8.18. Características do poder de polícia	136
8.18.1. Proporcionalidade	136
8.18.2. Discricionariedade ou vinculação?.....	138
8.18.3. Autoexecutoriedade.....	139
8.18.4. Coercibilidade	141
8.19. Âmbito de incidência do poder de polícia	142
8.20. Prescrição	146
8.21. O poder de polícia e a responsabilidade da Administração Pública.....	147
8.22. Omissão	149
8.23. Poder de polícia urbanístico	150
8.24. Questões polêmicas e atuais que envolvem o poder de polícia	151
8.24.1. As multas e o licenciamento anual dos veículos.....	151
8.24.2. Redutores eletrônicos de velocidade.....	152
8.24.3. Apreensão de veículos	153
8.24.4. Estacionamento rotativo – indenização.....	154

Capítulo 3

Atos Administrativos

Considerações iniciais	157
A clássica divisão das funções estatais.....	157
A jurisdição brasileira	158
1. Ato jurídico e ato administrativo	159
2. Diferença entre atos da Administração (ou Ato de mera atuação do Estado) e atos de administração.....	159
3. Atos políticos e atos de governo.....	160
4. Conceito	163
4.1. A falta de um conceito exato	163
4.2. Pressupostos para o surgimento do ato administrativo unilateral	164
4.2.1. O uso da supremacia do Poder Público	164
4.2.2. Produção de efeitos jurídicos	164
4.2.3. Agente capaz	164
4.3. Quem pode produzir o ato administrativo?	164
4.4. Elementos do ato administrativo.....	165
4.5. Controvérsias acerca do conceito objetivo e subjetivo do ato administrativo.....	165

5. Requisitos	166
5.1. Competência	167
5.1.1. Competência obrigatória.....	168
5.1.2. Competência irrenunciável.....	168
5.1.3. Competência imodificável	169
5.1.4. Competência imprescritível.....	169
5.1.5. Competência distribuída	169
5.1.6. Subdelegação.....	172
5.1.7. Avocação	173
5.1.8. Agente de fato.....	173
5.1.9. O ato do agente de fato produz efeito?.....	174
5.1.10. E se o ato praticado pelo agente de fato causar danos a terceiros?.....	174
5.1.11. Agente de fato fora da Administração Pública	174
5.1.12. Agente necessário.....	174
5.1.13. Usurpador da função pública.....	175
5.1.14. Ato administrativo editado por agente da Administração acometido de loucura: validade ou invalidade?	175
6. Finalidade	176
6.1. Conceituando finalidade	176
6.1.1. A finalidade com um “plus” de consciência social.....	176
6.2. O interesse público e o bem comum perpassando a previsão legal	176
6.2.1. O sentido indeterminado de <i>interesse público</i>	176
6.2.2. O interesse público e a discricionariedade do administrador.....	177
6.2.3. A discricionariedade e os princípios da moralidade e da finalidade da Administração.....	177
6.2.4. Finalidade em sentido amplo	177
6.3. O agente público e a sua conduta socialmente correta.....	177
6.4. O princípio da impessoalidade do agente público	178
6.5. Finalidade em sentido estrito	179
6.6. Consequência da inobservância da finalidade nos sentidos estrito e amplo	179
6.7. Finalidade como elemento vinculado	179
6.8. Desvio de finalidade do agente	179
6.9. O desvio de finalidade no Direito Positivo.....	180
7. Forma	180
7.1. Quanto ao rigor.....	181
7.2. Quanto à concepção	181
7.3. O silêncio administrativo	182
8. Motivo	183
8.1. Teoria dos motivos determinantes.....	185
8.2. Motivação	187
8.3. Requisitos da motivação.....	189
8.4. Motivação e controle de legalidade	189
9. Objeto.....	190
10. Atributos.....	191
10.1. Imperatividade	191
10.2. Presunção de legitimidade, legalidade e veracidade	193
10.3. Autoexecutoriedade ou executoriedade	194
11. Formação e efeitos	197
11.1 Perfeição.....	198

11.2. Eficácia.....	198
11.3. Exequibilidade.....	198
11.4. Validade.....	199
11.5. Ato inexistente	200
11.6. Ato nulo e anulável.....	200
12. Mérito administrativo.....	202
12.1. Ato administrativo discricionário e vinculado	203
12.2. Atos vinculados	203
12.3. Atos discricionários	203
12.4. Controle do mérito.....	206
12.5. O controle do Poder Judiciário por <i>ato administrativo discricionário</i>	206
12.6. O mérito administrativo pode se submeter ao controle pelo Poder Judiciário?	206
12.7. Teoria do desvio de finalidade	207
12.8. Teoria dos motivos determinantes.....	208
12.9. Teoria do conceito jurídico ou legal indeterminado.....	209
12.10. Teoria da razoabilidade.....	211
13. Classificação.....	212
13.1. Atos compostos	215
13.2. Ato complexo	216
13.3. Diferença entre ato administrativo complexo e procedimento administrativo (Questão de Prova para o ingresso na carreira da Defensoria Pública).....	217
14. Espécies	218
14.1. Atos normativos	218
14.2. Atos ordinatórios.....	219
14.3. Atos negociais	219
14.4. Diferença básica entre permissão, autorização e licença	221
14.4.1. Autorização	221
14.4.2. Permissão	221
14.4.3. Jornaleiro na rua: autorização ou permissão? Diferença existente entre ambas.....	222
14.5. Atos normativos	222
14.6. Atos enunciativos	222
14.7. Atos punitivos	224
15. Atos administrativos em espécie	225
15.1. Decreto.....	225
15.2. Resoluções e deliberações	225
15.3. Instruções, circulares, portarias, ordens de serviço, provimento e avisos	225
15.4. Alvarás	226
15.5. Ofícios	226
15.6. Pareceres.....	226
15.7. Certidões, atestados e declarações	227
15.8. Despacho.....	227
15.9. Licença	227
15.10. Permissão	228
15.11. Autorização	229
15.12. Admissão.....	229

15.14. Atos sancionatórios	229
15.15. Atos funcionais.....	229
16. Procedimento administrativo.....	229
17. Extinção do ato administrativo	229
17.1. Anulação do ato administrativo: sanatória (convalidação) e invalidação.....	231
17.2. Anulação	231
17.3. Se a Administração se depara com ato ilícito, em respeito ao princípio da legalidade, pode ou deve anulá-lo?	231
17.4. Quais são os vícios que não admitem convalidação?.....	235
17.5. Qual o prazo que a Administração tem para anular ato, sob pena de convalidação deste?	236
17.6. Pode a Administração Pública impugnar judicialmente seus próprios atos?.....	238
17.7. Desfazimento do ato administrativo	240
17.8. Atos administrativos que não podem ser revogados	244
17.9. Quanto à Administração, existe coisa julgada administrativa? Ela pode alterar administrativamente em seu próprio benefício?	245
17.10. De que forma a Administração revogará ato vinculado, se a revogação incide apenas para ato discricionário?	245
17.11. Revogação e indenização.....	245

Capítulo 4

Licitações e contratos administrativos

1. Generalidades	247
2. Conceitos, finalidades e objetos da licitação.....	248
3. Competência legislativa – as normas gerais	252
4. Princípios da licitação	257
4.1. Princípios da economicidade e da isonomia	259
4.2. Princípio da legalidade	267
4.3. Princípio da imparcialidade	268
4.4. Princípios da moralidade e da probidade administrativa	269
4.5. Princípio da publicidade	271
4.6. Princípio do julgamento objetivo	273
4.7. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	274
4.8. Princípios correlatos	275
5. Análise das definições contidas na Lei nº 8.666/1993	278
6. Disciplina específica das obras e serviços	279
6.1. Programação total, parcelamento e fracionamento	281
6.2. Padronização	282
6.3. Serviços técnicos profissionais especializados.....	282
6.4. Pessoas impedidas de participar da licitação	283
7. Disciplina específica das compras	283
8. Disciplina específica das alienações.....	286
9. Modalidades de licitação.....	287
9.1. Concorrência.....	288
9.2. Tomada de preços.....	291
9.3. Convite.....	294
9.4. Concurso	296

9.5. Leilão	297
9.6. Pregão	298
9.6.1. Considerações	298
9.6.2. Serviços comuns	299
9.6.3. Da subsidiariedade do regime da Lei nº 8.666/1993 ao pregão.....	301
9.6.4. As principais características do pregão	301
9.6.5. Limitação do uso a compras e serviços comuns.....	301
9.6.6. Da fase interna do pregão.....	303
9.6.7. O pregoeiro e a equipe de apoio	303
9.6.8. Exigências de habilitação	304
9.6.9. Parecer da assessoria jurídica	304
9.7. Fase externa do pregão	305
9.7.1. Momento da abertura da sessão	305
9.8. Da entrega dos envelopes de documentação.....	306
9.8.1. Seleção dos que participarão dos lances verbais.....	307
9.8.2. Da instauração da fase de lances verbais.....	308
9.8.3. Do lance com preço inexequível.....	308
9.9. Da abertura do envelope de habilitação.....	310
9.10. Da fase recursal	310
9.11. Da adjudicação e homologação	311
10. Tipos de licitação	312
11. Dispensa de licitação.....	313
11.1. Pelo valor do contrato.....	318
11.2. Exceção à regra da licitação obrigatória.....	320
11.3. Pela urgência na contratação	320
11.4. Por outros motivos convenientes	324
11.5. Dispensa de licitação a entidades sem fins lucrativos.....	334
11.5.1. Análise do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993	334
11.5.2. Análise do inciso XXIV do art. 24 da Lei nº 8.666/1993	335
11.5.3. Análise das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, criadas pela Lei nº 9.790/1999.....	336
12. Inexigibilidade de licitação.....	337
13. Formalidades para a contratação direta	342
14. Desenvolvimento do procedimento licitatório	342
14.1. Fase interna	343
14.2. Fase externa.....	346
14.2.1. Edital	346
14.2.2. Habilidade	350
14.2.3. Julgamento	356
14.2.4. Homologação e adjudicação	358
15. Revogação e anulação da licitação.....	362
16. Licitação internacional.....	367
16.1. Análise do tema.....	367
17. As alterações no contrato administrativo das “microempresas” e das “empresas de pequeno porte” após a Lei Complementar nº 123/2006.....	368
17.1. Breve histórico sobre as licitações e contratos públicos diferenciados para as pequenas empresas.....	368
17.2. As novas regras no processo licitatório e nas contratações públicas para as pequenas empresas brasileiras.....	368

17.2.1. A previsão legal do novo processo licitatório brasileiro aplicável às pequenas empresas e às empresas de pequeno porte.....	369
17.2.2. O diferencial na Lei Complementar nº 123/2006 para conter o desvio nas licitações públicas	370
17.3. A previsão do tratamento diferenciado na Lei Complementar nº 123/2007	371
17.4. As três modalidades de tratamento diferenciado na LC nº 123/2006	372
17.5. O tratamento “favorecido” disposto na LC nº 123/2007 e a igualdade de condições estatuída no art. 37, XXI da CF/1988: Normas conflitantes?.....	372
17.6. As ressalvas criadas pela Lei Complementar nº 123/2006	373
Contratos Administrativos	374
1. Noção de contrato	374
2. Conceito de contrato administrativo.....	375
3. Contratos administrativos e contratos da administração.....	378
4. Características do contrato administrativo.....	380
4.1. Cláusulas exorbitantes	381
4.2. Alteração unilateral das cláusulas de execução (art. 58, I).....	383
4.3. Rescisão unilateral (art. 58, II)	386
4.4. Amplo poder de fiscalização (art. 58, III).....	390
4.5. Aplicação de penalidades (art. 58, IV)	390
4.6. Ocupação temporária (art. 58, V).....	390
5. Principais contratos administrativos	391
5.1. Contrato de obra pública.....	391
5.2. Contrato de serviços.....	391
5.3. Contrato de fornecimento.....	391
5.4. Contrato de gerenciamento.....	392
5.5. Locação de bem público.....	392
6. Formalização e execução do contrato administrativo	392
6.1. Formalização do contrato	392
6.2. Cláusulas dos contratos administrativos.....	393
6.3. <i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	393
6.4. Execução do contrato administrativo	395
6.4.1. Normas técnicas e material apropriado	395
6.4.2. Variações de quantidade	395
6.4.3. Execução pessoal	395
6.4.4. Encargos da execução.....	395
6.4.5. Manutenção de preposto	395
6.4.6. Acompanhamento da execução do contrato e recebimento de seu objeto	395
6.5. Garantias para a execução do contrato	395
7. Prazo, prorrogação, renovação e reajuste contratual	396
7.1. Prazo nos contratos	396
7.2. Prorrogação contratual	397
7.3. Renovação contratual	398
7.4. Reajuste dos contratos	398
8. Inexecução e revisão contratual.....	399
8.1. Fato do princípio	400
8.2. Teoria da imprevisão	401
8.3. Fato da Administração	401

8.5. Interferências imprevistas.....	402
9. Anulação do contrato administrativo.....	403
10. Responsabilidade pela execução do contrato.....	403
11. Direitos do contratado	403
12. Contratos regidos pelo Direito Privado	405
13. Tipos de responsabilidade.....	405
13.1. Contratual	405
13.2. Extracontratual.....	405
14. Enunciado nº 331 do TST e o art. 71 da Lei nº 8.666/1993.....	406

Capítulo 5

Bens Públicos

Introdução	409
1. Domínio público.....	409
2. Bens públicos.....	410
2.1. Conceito.....	410
2.2. Classificação.....	411
2.2.1. Quanto à sua destinação.....	412
2.2.1.1. Bens de uso comum do povo	413
2.2.1.2. Bens de uso especial.....	415
2.2.1.3. Bens dominicais.....	416
2.2.2. Quanto à titularidade	417
2.2.2.1. Bens da União.....	417
2.2.2.2. Bens dos Estados	418
2.2.2.3. Bens dos Municípios	418
2.2.2.4. Bens do Distrito Federal.....	418
2.3. Afetação e desafetação.....	418
2.4. Características	420
2.4.1. Inalienabilidade	420
2.4.2. Impenhorabilidade	421
2.4.3. Imprescritibilidade	423
2.4.4. Impossibilidade de oneração	424
2.4.5. Imunidade de imposto	424
2.5. Bens das Autarquias	425
3. Formas de aquisição e alienação.....	425
4. Meios de utilização dos bens públicos	432
4.1. Autorização de uso	434
4.2. Permissão de uso	435
4.2.1. Semelhanças entre a Autorização e a Permissão de Uso.....	436
4.2.2. A Permissão segundo a Lei Federal 9.636/1998	436
4.2.3. Distinções básicas entre “precário” e “precaríssimo” na “Utilização” e na “Permissão”	436
4.2.4. Há Licitação na Permissão de Uso?.....	437
4.2.4.1. Exigência de licitação na Permissão de Uso com fulcro no art. 2º da Lei nº 8.666/1993	437
4.2.4.2. Entendimento da PGM/RJ segundo Instrução Técnica nº 19/1998	438
5. Autorização de uso de natureza urbanística – (MP 2.220/2001).....	440
5.1. Semelhancas e diferenças: Autorizacão de uso comum e Autorização de uso de natureza urbanística.....	441

5.1.1. Quanto ao quesito temporal.....	441
5.1.2. Quanto ao quesito territorial.....	441
5.1.3. Quanto ao quesito finalístico.....	441
5.2. Cessão de uso	441
5.3. Concessão de uso	443
5.3.1. O prazo e as generalidades da Concessão de Uso.....	444
5.3.2. Necessidade de Licitação.....	444
5.3.3. Cessão de Uso Perpétuo	444
5.4. Concessão de direito real de uso.....	445
5.4.1. Principal característica da Concessão de Direito Real de Uso.....	445
5.4.2. Finalidade do Poder Público em outorgar a Concessão de Direito Real de Uso	445
5.4.3. A destinação específica dada ao bem público (art. 7º, <i>caput</i>).....	446
5.4.4. Interesses sociais diversos	446
5.4.5. Direito Real resolúvel.....	446
5.4.6. Direito de sequela.....	447
5.4.7. Instrumentos legais de contratação do Direito Real de Uso.....	447
5.4.8. Questão de Prova de Concurso Público (PGE) relativa à Concessão de Direito Real de Uso	447
5.5. Concessão de Uso Especial para fins de Moradia.....	448
5.5.1. A criação da “concessão de uso especial para fins de moradia” pela Lei nº 11.257/2001 e o seu voto pelo Presidente.....	448
5.5.2. A criação do instituto da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia pela Medida Provisória nº 2.220/2001	450
5.6. Aforamento administrativo	450
5.7. Enfiteuse	451
5.8. Locação	452
5.9. Comodato	452
5.10. Alienação.....	453
5.10.1. Venda	454
5.10.2. Doação	454
5.10.3. Permuta	455
5.10.4. Dação	455
5.10.5. Concessão de domínio	455
5.10.6. Investidura.....	456
5.10.7. Incorporação	456
5.10.8. Retrocessão.....	456
5.10.9. Legitimação de posse	456
6. Meios de defesa	456
7. Bens públicos em espécie	457
7.1. Terras devolutas.....	457
7.2. Terrenos de marinha.....	461
7.3. Terrenos marginais ou reservados	462
7.4. Terrenos indígenas.....	462
7.5. Ilhas.....	463
7.6. Plataforma continental	464
7.7. Faixa de fronteiras	464
7.8. Águas	464
Conclusão.....	465

5.1.1. Quanto ao quesito temporal.....	441
5.1.2. Quanto ao quesito territorial.....	441
5.1.3. Quanto ao quesito finalístico.....	441
5.2. Cessão de uso	441
5.3. Concessão de uso	443
5.3.1. O prazo e as generalidades da Concessão de Uso.....	444
5.3.2. Necessidade de Licitação.....	444
5.3.3. Cessão de Uso Perpétuo	444
5.4. Concessão de direito real de uso	445
5.4.1. Principal característica da Concessão de Direito Real de Uso.....	445
5.4.2. Finalidade do Poder Público em outorgar a Concessão de Direito Real de Uso	445
5.4.3. A destinação específica dada ao bem público (art. 7º, <i>caput</i>).....	446
5.4.4. Interesses sociais diversos	446
5.4.5. Direito Real resolúvel.....	446
5.4.6. Direito de sequela.....	447
5.4.7. Instrumentos legais de contratação do Direito Real de Uso.....	447
5.4.8. Questão de Prova de Concurso Público (PGE) relativa à Concessão de Direito Real de Uso	447
5.5. Concessão de Uso Especial para fins de Moradia.....	448
5.5.1. A criação da “concessão de uso especial para fins de moradia” pela Lei nº 11.257/2001 e o seu voto pelo Presidente.....	448
5.5.2. A criação do instituto da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia pela Medida Provisória nº 2.220/2001	450
5.6. Aforamento administrativo	450
5.7. Enfiteuse	451
5.8. Locação	452
5.9. Comodato	452
5.10. Alienação.....	453
5.10.1. Venda	454
5.10.2. Doação	454
5.10.3. Permuta	455
5.10.4. Dação	455
5.10.5. Concessão de domínio	455
5.10.6. Investidura.....	456
5.10.7. Incorporação	456
5.10.8. Retrocessão.....	456
5.10.9. Legitimação de posse	456
6. Meios de defesa	456
7. Bens públicos em espécie	457
7.1. Terras devolutas.....	457
7.2. Terrenos de marinha.....	461
7.3. Terrenos marginais ou reservados	462
7.4. Terrenos indígenas.....	462
7.5. Ilhas.....	463
7.6. Plataforma continental	464
7.7. Faixa de fronteiras	464
7.8. Águas	464
Conclusão.....	465